



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PARECER SJRJ 1583909

Sra. Diretora da Secretaria Geral,

Trata-se de procedimento licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019 e nº 11.462/2023, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada para execução de serviço de vacinação, com aplicação/gesto vacinal e fornecimento de até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacinas contra gripe (cepas para 2026), na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em consonância com as justificativas, Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1522212 e Termo de Referência SJRJ 348 (1531526), elaborado pela Seção de Serviço de Saúde/Subsecretaria de Gestão de Pessoas.

Frise-se que a pertinência do objeto em epígrafe já foi avaliada pela Administração, tendo sido aprovada sua continuidade e registrado o código identificador ID-119 e 171.

O documento *Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ* (1522212), apresenta as seguintes informações:

01. IDENTIFICADORES E OBJETO

ID da Programação: 119 e 171

Objeto: Ata de Registro de Preços, com validade de 12 meses, para execução de serviço de vacinação, com aplicação/gesto vacinal e fornecimento de até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacinas contra gripe (cepas para 2026), na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

02. Descrição da Necessidade da Contratação

A campanha anual de vacinação contra gripe é necessária, pois vem contribuindo, ao longo dos anos, para a prevenção desta doença em magistrados, servidores, estagiários e colaboradores e, por conseguinte, redução do absenteísmo. Desta forma, é de suma importância que haja anualmente a continuidade das ações de imunização que abarquem todo o quadro pessoal da SJRJ, de forma a diminuir a circulação no ambiente de trabalho dos principais vírus causadores da doença. A vacinação é a estratégia mais eficiente disponível para prevenção contra a gripe atualmente.

04. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 Contrato não Continuado/Pronta Entrega/RP

4.1.1 De acordo com o quadro de pessoal da JFRJ (magistrados, servidores, colaboradores e estagiários) e estatísticas de vacinação das campanhas anteriores.

4.1.2 Quantidades:

- Até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacina contra gripe.
- Até 2200 (duas mil e duzentas) aplicações da vacina.

06. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A contratação é necessária, pois os imunobiológicos precisam ser adquiridos

todos os anos devido a atualização das cepas, conforme item 3.1, uma vez que a composição das vacinas sofre alteração de acordo com os vírus mais incidentes no ano anterior. Além disso, a SESAU não possui licença sanitária para aplicar, transportar e armazenar vacinas, conforme legislações pertinentes.

Através da contratação em estudo, é possível garantir a segurança, qualidade e agilidade no fornecimento e aplicação das doses de vacina contra gripe 2026, pois a responsabilidade por toda a cadeia de conservação, distribuição e aplicação do imunizante e destinação dos resíduos (lixo hospitalar) cabe à empresa especializada e devidamente licenciada pelas autoridades sanitárias competentes.

6.1 Ciclo de Vida: de 1 ano

Pagamento Integral dentro do Exercício: Sim

Necessidade de formação de Lote por Motivos Técnicos: Não

Necessidade Técnica de Indicação de Marcas/Fabricantes Específicos: Não

Necessidade de Alocação de Mão de Obra em Caso de Serviço: Não

07. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ESPERADOS:

Pretende-se superar o quantitativo de vacinados do exercício anterior (2025), no qual foram aplicadas 518 (quinhentas e dezoito) doses.

O número reduzido de vacinados naquele ano justifica-se pelo fato de que, embora tenham sido realizadas diversas ações de planejamento e acompanhamento contratual, a contratação não logrou êxito em razão do desabastecimento da vacina no mercado nacional. Como medida alternativa, foram estabelecidas parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde, o que possibilitou a realização da campanha de vacinação na capital e em algumas Subseções Judiciárias.

Registre-se que a escassez verificada em 2025 decorreu de problemas pontuais de produção e envasamento por parte dos fabricantes, situação que vem sendo superada.

Ressalte-se, ainda, que os fornecedores e os entes governamentais têm adotado medidas de planejamento mais eficazes, com vistas à regularização do abastecimento, de modo que não se vislumbra a repetição do cenário anteriormente enfrentado.

Diante da organização e do planejamento adotados pela SESAU, pretende-se promover a imunização de magistrados, servidores, trabalhadores terceirizados e estagiários contra o vírus da influenza, contribuindo para a redução dos índices de absenteísmo e para a prevenção de afastamentos decorrentes de doenças respiratórias, com reflexos positivos na manutenção da força de trabalho.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Por se tratar da aplicação de doses de vacina em diferentes datas, cidades e prédios, a contratada deverá fornecer as doses de forma paulatina, de acordo com a estimativa de cada subseção e dos prédios da capital, conforme cronograma a ser fornecido pela SESAU, observadas as condições ideais de armazenamento e transporte. Isso porque a SESAU não atende aos requisitos mínimos para funcionamento como serviço de vacinação, nos termos da RDC Anvisa nº 197, de 26 de dezembro de 2017, o que torna imperioso que o transporte, o armazenamento e a aplicação das doses sejam realizados exclusivamente por empresa devidamente licenciada pela autoridade sanitária competente, diretamente no local de aplicação, seja na capital, seja nas subseções.

A modalidade de registro de preços indicada para essa contratação se justifica por se tratar de aplicação de doses de vacina, de cunho voluntário. Com isso, há uma significativa dificuldade em prever o quantitativo a ser utilizado, já que nem todos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados realizam a vacinação. Por fim, o aumento da adesão ao trabalho remoto e híbrido contribuem ainda mais para a imprevisibilidade de comparecimento do público alvo aos prédios da SJRJ para o recebimento da dose.

Cabe ressaltar que NÃO está indicada a formação de lotes por motivos técnicos como forma de garantir a segurança, qualidade e agilidade no fornecimento e aplicação das doses, pois dessa forma, a responsabilidade por toda a cadeia de conservação, distribuição e aplicação das doses caberá a mesma empresa responsável, mesmo que indiretamente, através da subcontratação do serviço de aplicação.

09. Providências a serem tomadas pela Administração previamente à Celebração do Contrato

9.1 Necessidade de Oitiva das Áreas Envolvidas: Não

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratação apartada que se correlacione ou haja interdependência. No entanto, para a execução do objeto contratual, a empresa contratada poderá subcontratar apenas o gesto vacinal (aplicação das vacinas), conforme tem sido praticado ao longo dos anos de campanha de vacinação contra a Gripe. Essa eventual subcontratação não eximirá a contratada das responsabilidades e exigências definidas em Termo de Referência e no instrumento editalício.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica quanto ao gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde, à destinação ambientalmente correta dos materiais utilizados, ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, bem como à adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a mitigação de riscos na execução do objeto.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação gera impactos ambientais associados, principalmente, à geração de resíduos de serviços de saúde, ao consumo de materiais descartáveis, à logística de transporte e ao uso de energia para a manutenção da cadeia de frio. Tais impactos são considerados controláveis e mitigáveis, desde que observadas as normas sanitárias e ambientais vigentes, notadamente quanto ao gerenciamento adequado dos resíduos, à destinação final ambientalmente correta e à adoção de práticas de eficiência logística.

Registre-se que há geração de resíduos perfurocortantes e de lixo hospitalar durante a execução do objeto. Contudo, será previsto contratualmente que a empresa contratada seja responsável pela disponibilização de caixas coletoras apropriadas, bem como pela retirada diária desses materiais para tratamento e destinação final ambientalmente adequados, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. Ressalte-se, ainda, a existência de impactos ambientais positivos indiretos decorrentes da prevenção de doenças, com redução da demanda por atendimentos assistenciais e diminuição de deslocamentos para serviços de saúde, contribuindo, inclusive, para a redução de emissões associadas.

13. CONTRATAÇÃO ANTERIOR/PROCESSO ADMINISTRATIVO:

[0002404-11.2025.4.02.8001](#)

14. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA

CONTRATAÇÃO:

Conclui-se que a contratação é viável, uma vez que há mercado fornecedor capaz de atender à demanda, tratando-se de serviço executado ao longo dos anos e com previsão orçamentária assegurada.

Ademais, a contratação configura-se como a estratégia mais eficaz para garantir, de forma anual, a realização da campanha de vacinação contra a gripe, contemplando magistrados, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados, tanto das Subseções Judiciárias quanto da Capital.

Destaca-se, ainda, que a contratação não gera impacto ambiental significativo, sendo os efeitos decorrentes devidamente mitigáveis, além de representar relevante ação institucional de promoção da saúde, com potencial de redução do absenteísmo relacionado à doença.

O Formulário de Análise de Risco - Contratações 35 (1529699) , apresenta como danos:

Processo:	0037785-80.2025.4.02.8001		
Objeto:	Contratação de empresa, por Ata de Registro de Preços, com validade de 12 meses, para execução de serviço de vacinação, com aplicação/gesto vacinal e fornecimento de até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacinas contra gripe (cepas para 2026), na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.		
RISCO 1: LICITAÇÃO FRACASSADA/DESERTA			
Probabilidade: Baixa (Improvável)	Impacto: Médio (Recuperável)		Nível de Risco: Baixo

Id.	Dano
1	Prejuízo ao cronograma de planejamento das licitações.
2	Necessidade de contratação emergencial, caso a demanda a ser solucionada tenha que ser resolvida de forma urgente.

3	Necessidade de refazimento do ETP, TR, MR e republicação do edital, gerando retrabalho e atraso no processo.	
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	Verificar se a solução prevista no projeto, poderá ser executada de fato por empresas existentes no mercado.	
2	Elaborar o ETP, TR e MR com maior antecedência, caso haja necessidade de alterações, a fim de evitar transtornos ao planejamento.	
3	Assegurar que as contratações sejam precedidas de ETP e MR, levando em consideração os eventuais erros /dificuldades ocorridas em contratação anteriores.	
4	Ampla divulgação do certame.	
5	Verificar as exigências solicitadas e analisar se são compatíveis com a realidade do mercado.	
Id.	Ação de contingência:	Responsável
1	Necessidade de contratação emergencial, caso a demanda a ser solucionada tenha que ser resolvida de forma urgente.	

2	Refazimento do ETP, TR e MR com atualizações das informações necessárias, com republicação do edital.	
3	Necessidade de levantamento interno acerca dos motivos que levaram à licitação não ter um resultado favorável.	
RISCO 2: NÃO REALIZAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE 2026 NA JFRJ		
Probabilidade: Baixa (Improvável)	Impacto: Médio (Recuperável)	Nível de Risco: Baixo

Id.	Dano	
1	Maior chance de adoecimento e complicações por gripe entre os trabalhadores não vacinados.	
2	Insatisfação do público interno da instituição.	
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	A contratação do serviço de vacinação é a única alternativa viável.	
Id.	Ação de contingência:	Responsável

1	Buscar parcerias com a Secretaria Estadual de Saúde para a vacinação na Capital e orientar o Apoio das subseções a buscar parcerias com as prefeituras das localidades.	
RISCO 3: ARMAZENAMENTO INADEQUADO DA VACINAS		
Probabilidade: Baixa (Improvável)	Impacto: Médio (Recuperável)	Nível de Risco: Baixo

Id.	Dano	
1	Perda da eficácia da vacina devido ao armazenamento inadequado.	
Id.	Ação preventiva	Responsável
1	Exigir comprovação de regularidade sanitária da empresa (ANVISA), exigência de termômetros calibrados e plano de contingência para falha na rede elétrica.	
Id.	Ação de contingência:	Responsável
1	Monitorar e registrar continuamente a temperatura durante todo o período de vacinação.	
2	Isolar e identificar os lotes de vacinas expostos a temperaturas inadequadas, impedindo seu uso até avaliação.	

3	Solicitar à contratada a imediata substituição das vacinas.	
4	Registrar o incidente, as ações tomadas e implementar correções para evitar recorrência.	

Consta juntada do Dimensionamento do Objeto a ser contratado - SJRJ 1529693, onde consta **“De acordo com o quadro de pessoal da JFRJ (magistrados, servidores, colaboradores e estagiários) e estatística de vacinação nas campanhas anteriores”**.

Consta juntada de *Termo de Referência - Compras - Lei 14.133/2021 - SJRJ 348 (1531526)*, e do mapa comparativo de preços e pesquisa de preços (*Mapa Comparativo de Preços com propostas* (1567982), elaborado pela Seção de Cotação/SCM em 28/01/2026.

A Coordenadoria de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informou, conforme Despacho SJRJ 1571941:

Informo que a despesa pode ser incluída na programação e que há disponibilidade orçamentária para prosseguimento.

A despesa fica vinculada à programação orçamentária da SGP para o exercício de 2026 (cota orçamentária).

Classificação da Despesa:

- Ação: JC - PTRES: 168.312

- Elemento de Despesa:

Vacina 3.3.90.30.09;

Serviços de aplicação da vacina 3.3.90.39.50.

Encaminhe-se à SEACO para conferência.

A Seção de Orientação e Conformidade Contábil (Informação SJRJ 1572097) informou que a classificação indicada pela SOF, encontra-se em consonância com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

No que tange ao Termo de Referência SJRJ 348 (1531526), cabe ressaltar que deverá ser excluído o subitem 4.1.2. Essa licitação destina-se exclusivamente às empresas de pequeno porte.

Em relação às minutas de Edital (1572629), e de Ata de Registro de Preços (1577141) informo que atendem aos dispositivos legais em vigor, com fulcro na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000 e nº 10.024/2019, **cabendo, contudo, a seguinte adequação:**

Ata de Registro de Preços (1577141)

- subitem 12.6 - excluir (O Fornecedor deverá indicar a sistemática de logística reversa comprovando a destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, estando sujeito às penalidades e sanções da Cláusula Sétima por possíveis descumprimentos.)

No que tange ao Anexo II - Planilha de Preços, parte integrante do Edital, esclareço que os quantitativos e respectivos valores dos itens foram elaborados pela AGLI/Subsecretaria de Contratações e Material, unidade responsável pela análise prévia à eventual publicação do edital.

Informo que o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da JFRJ (item 119 – SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA valor R\$ 220.000,00) e (item 171 – SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA valor R\$ 3.870.000,00), conforme (<https://pncp.gov.br/app/pca/05424540000116/2026/1>), no valor de R\$ 25.000,00, devendo, oportunamente, ser adequado.

Em face do exposto, entendo não haver óbice ao prosseguimento da solicitação em pauta, com vistas ao início do devido torneio licitatório, após as adequações sugeridas neste Parecer.

Por fim, ficam designados os servidores na forma abaixo indicada para a gestão e fiscalização técnica dos contratos a serem firmados nos presentes autos, em conformidade com o art. 117, da Lei 14.133/21 (1531525):

GESTOR - CONTRATO		Titularidade	Matrícula
Natália Lacerda Elias		Titular	14537
Paula Cunha Mautone		Suplente	18051
FISCAL TÉCNICO - CONTRATO	Área de Atuação	Titularidade	Matrícula
Valeria Felix Gonçalves Mata	SESAU	Titular	13140
Carla da Costa Souza de Carvalho	SESAU	Suplente	13247
FISCAL ADMINISTRATIVO - CONTRATO		Titularidade	Matrícula
Diego da Silva Bezerra		Titular	15603
Ana Paula da Silva Correia Martins		Suplente	15690
FISCAL DA CAPITAL INCLUÍDO		Titularidade	Matrícula
Prédio: Almirante Barroso			
Carmen Elisa Maria De Abreu Pinto Araujo		Titular	13139
Rodrigo de Almeida Monteiro		Suplente	14804
Prédio: Rio Branco			
Angelica dos Santos Vianna		Titular	12977
Tiago Silva Aguiar		Suplente	14599
João Marcelo Menezes Falcão		Suplente	12504
Prédio: Venezuela			
Silvana Cardoso Vieira Couto		Titular	12011
Sarah Galvão Pereira		Suplente	18188
João Gabriel Batista Lage		Suplente	18254

SADY RODRIGUES DA SILVA
SUPERVISOR
SEÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS
DIRETORA EM EXERCÍCIO
SUBSECRETARIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **SADY RODRIGUES DA SILVA**, Supervisor, em 04/02/2026, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS**, Assessora, em 04/02/2026, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1583909** e o código CRC **5216C6C8**.